

DÍVIDA

Extremo - 8 MAR 1991
GAZETA MERCANTIL

Decisão do G-7 em adiar empréstimo ao País trouxe problemas na negociação

por Celso Pinto
de Londres

A decisão do Grupo dos Sete países mais ricos (G-7), em sua reunião no dia 20 de janeiro, de dificultar a aprovação de empréstimos ao Brasil em organismos multilaterais, como uma forma de pressão para obter progressos na negociação do País com os bancos privados, teve consequências práticas.

Pelo que apurou este jornal, essa foi a provável razão pela qual o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) adiou, por várias semanas, o exame pelo seu "board" de dois empréstimos ao Brasil. A tramitação técnica correu sem problemas, mas a política foi adiada.

O governo brasileiro sentiu o golpe e fez saber a direção do BID, através de seu representante, que esperava o encaminhamento imediato do exame dos empréstimos ao "board" onde cada país pode aprovar ou vetar, mas de forma aberta e explicando suas razões.

Os organismos multilaterais, ao contrário dos bancos privados, não têm do que reclamar do Brasil em termos de pagamentos. Ao contrário, o Brasil tem honrado seus compromissos apesar de ter tido que pagar em principal e juros, nos últimos anos, bem mais do que tem recebido dessas organizações.

O caso do Banco Mundial é extremo. No ano passado, o Brasil teve uma transferência negativa líquida de US\$ 1,2 bilhão com o banco. Em outros termos, pagou em principal e juros devidos US\$ 1,2 bilhão a mais do que recebeu em empréstimos.

Existe um cuidado maior, por parte não só do Brasil mas da maioria dos países devedores, em evitar atrasos aos organismos multilaterais, por razões econômicas e políticas. A hipótese de uma moratória de um grande devedor como o Brasil, de outro lado, seria um pesadelo para um organismo como o Banco Mundial, que tem assegu-

rado um acesso fácil e barato aos mercados internacionais de capitais graças à solidez de suas contas. Ter um grande devedor como o Brasil em moratória possivelmente implicaria ao banco sofrer um rebaixamento na sua classificação como tomador de recursos.

A recomendação do G-7 não teve consequências práticas, até agora, no caso do Banco Mundial. Seu presidente, Barber Conable, esteve recentemente no Brasil e, pelo que se sabe, teve conversas cordiais com o governo brasileiro. Os empréstimos do Banco Mundial ao Brasil minguaram, nos últimos anos, por uma série de razões, mas seu trâmite continua normal.

O G-7 reúne Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Itália e Canadá. Em sua reunião no final de setembro do ano passado, durante o encontro anual do FMI e do Banco Mundial em Washington, o G-7 mencionou, em seu comunicado, a necessidade de o Brasil negociar um acordo com os bancos privados — um precedente em encontros do G-7 que, normalmente, não citam casos de países específicos em seus comunicados.

Em sua reunião seguinte, nos dias 20 e 21 de janeiro, em Nova York, o G-7 teria voltado a discutir o caso do Brasil e reforçado sua conclusão anterior. Teria ficado decidido nessa reunião que os países do G-7 passariam a dificultar a aprovação de empréstimos ao Brasil em organismos multilaterais como uma forma de pressionar o País a avançar em suas negociações com os bancos privados.

Não se sabe até que ponto os desenvolvimentos recentes nas negociações mudaram o humor em Washington e em Tóquio, duas capitais onde havia mais irritação contra o que esses governos entendiam como má vontade brasileira em negociar um acordo com os bancos.